

## DA GRANDE DEPRESSÃO AO WELFARE STATE: MUDANÇAS NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata<sup>1</sup>

### RESUMO

O século XX foi marcado por profundas turbulências econômicas como as grandes guerras e a Grande Depressão. Em cada um desses momentos o capitalismo se moldou, adaptando-se à nova realidade econômica. O conceito de Desenvolvimento Econômico também se modificou nesse processo. Até a II Guerra Mundial sua definição confundia-se com o Crescimento Econômico, mas foi com o surgimento do *Welfare State* (estado do bem-estar) que o desenvolvimento econômico ganhou conotação própria. O presente artigo busca resgatar e analisar a partir de uma revisão bibliográfica esse período da economia, abordando aspectos da Grande Depressão, do Intervencionismo Keynesiano até a chegada do *Welfare State*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grande Depressão; Intervencionismo; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Econômico; *Welfare State*.

### FROM THE GREAT DEPRESSION TO THE WELFARE STATE: THE CHANGES OF THE CONCEPT IN ECONOMIC DEVELOPMENT

### ABSTRACT

The twentieth century was marked by significant economic turmoil, as the great wars and the great depression. In each of these events capitalism is shaped by adapting to the new economic reality. The concept of Economic Development has also changed in this process. Until Second World War, its definition merged with the Economic Growth, but it was with the rise of the Welfare State Economic Development gain its own connotation. This article aims to retrieve and analyze from a literature review this period the economy, addressing aspects of the Great Depression, the Keynesian interventionism until the arrival of the welfare state.

**KEYWORDS:** Great Depression; Interventionism; Economic Growth; Economic Development; Welfare State.

### 1 INTRODUÇÃO

As forças sociais que regem a sociedade em determinado período, não só influenciam a organização do Estado, como fazem-no seguir tendências que mudam completamente a sociedade, ou seja, o Estado segue as tendências da sociedade (IANNI, 1988).

As discussões sobre o papel do Estado passaram por diversas fases. Na fase clássica, o Estado era tido como Liberal, não intervindo na Economia. Smith (1986) ressalta que a mão-invisível, caracterizada pelas livres forças de mercado, por si só equilibram a economia, sem intervenção alguma do Estado. Esta concepção estava de acordo com o princípio da Escola Fisiocrata (*Laissez-Faire*) e com a Lei de *Say* em que toda oferta cria sua própria demanda.

A crescente complexidade do processo econômico fez com que o Estado, cada vez mais, participasse das decisões econômicas. Após a crise de 1929 é que o Estado, verdadeiramente, tornou-se agente fomentador da Economia. Nesse momento histórico, os pressupostos clássicos foram abandonados e, surgiu a concepção do Estado inteventor, que passou, então, a exercer um poder regulador na Economia (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1975).

Entende-se que uma das expressões do modelo inteventor foi o *Welfare State* (estado do bem-estar). Segundo Galbraith (1989), esse modelo era baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo principal era o de proporcionar à sociedade padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar os ciclos econômicos e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais.

O estado do bem-estar foi aplicado principalmente, nos países com Governos Sociais democratas. Não chegava a ser uma economia estatizada, enquanto as empresas privadas responsabilizavam-se pelo aumento e realização da produção, o Estado ficava responsável por fazer a aplicação de uma política fiscal progressiva, visando à execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social, seguro desemprego, em suma, visava o Pleno Emprego dos fatores de produção.

Segundo o mesmo autor, o *Welfare State*, trouxe acima de tudo, a discussão sobre o Desenvolvimento Econômico, que até então era visto como sinônimo de Crescimento Econômico. O Crescimento Econômico passou a ser considerado como um fator necessário, mas não suficiente para o Desenvolvimento Econômico que se caracterizaria como uma evolução plena do ser econômico.

No final da década de 70, o *Welfare State* mostrava os sinais de desgaste costumeiros nos Modelos Econômicos. Galbraith (1994) chamou esse período de “os anos sombrios”, pois foi marcado pela inflação alta, desemprego e pela

<sup>1</sup> Docente das Faculdades Assis Gurgacz e Dom Bosco. Economista pela UNIOESTE – Campus de Cascavel/PR. Aluno do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios da UNIOESTE – Campus de Toledo/PR. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) da UNIOESTE – Campus de Toledo/PR. e-mail: eduardo@fag.edu.br

estagnação econômica. O autor destaca ainda, quatro fatores responsáveis pelo bloqueio do bem-estar econômico dos Estados Unidos nesse período, são eles:

1. Pressão dos preços sobre os salários e dos salários sobre os preços, devido à inflação vigente no país;
2. O preço do petróleo, praticamente triplicou por imposição da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), isto contribuiu para o aumento da inflação nos Estados Unidos;
3. A eleição de Richard Nixon como novo presidente dos Estados Unidos, que abalou a confiança da população em relação ao país, em razão dos inúmeros escândalos;
4. Período em que os Estados Unidos perderam a hegemonia no comércio internacional. Até o próprio consumo interno caiu.

O Neoliberalismo, surgido da “decadência” do *Welfare State*, proclamava a solução de todos os problemas pela redução significativa do papel do Estado na Economia, elegendo a propriedade privada dos meios de produção e as livres forças de mercado como as salvadoras da sociedade, e da mesma forma, rejeitando o protecionismo econômico e a ação do Estado na economia como empresário.

Vale dizer que mesmo no modelo Neoliberal, no qual as funções do Estado tendem a ser minimizadas quando ocorrem distúrbios econômicos, este volta a intervir na economia das mais diversas maneiras, até que estes distúrbios sejam amenizados.

Segundo Bresser Pereira (1989), sempre existirá a intervenção estatal, pois a economia é cíclica. Existem ciclos onde a intervenção é mais acentuada, bem como outros nos quais a intervenção é minimizada.

O autor afirma ainda que, passadas as privatizações e desregulações, um novo processo de intervenção estatal terá início. Este será diferente do anterior, e o Estado, assumirá novos papéis impostos pelos empresários, trabalhadores e classes sociais.

Assim, diante do exposto, o presente artigo busca resgatar e analisar, a partir de revisão bibliográfica, o desenvolvimento do modelo do *Welfare State* que foi responsável pela moderna concepção de Desenvolvimento Econômico, muito diferente da utilizada como sinônimo de Crescimento Econômico.

## **2 CONCEPÇÕES INTERVENTORAS DO ESTADO**

Segundo Fiori (1990), as duas Guerras Mundiais abriram caminho para uma presença ativa do Estado como interventor. Este Estado reorganizado foi responsável pelo maior e contínuo crescimento de longo prazo que as economias capitalistas avançadas já experimentaram.

Bresser Pereira (1989) considera que a intervenção estatal em países atrasados é uma condição necessária para os estágios iniciais da industrialização. Nesses estágios, a função do Estado é obter poupança forçada, e investi-la ou transferi-la para empresas, através de financiamentos, subsídios, incentivos, visando à industrialização do país. Sendo assim, os maiores beneficiados com a intervenção estatal serão sempre os capitalistas.

Vários foram os teóricos que se mostraram favoráveis a intervenção estatal, mas entre eles o mais reconhecido, é sem dúvida John Maynard Keynes.

O contexto em que Keynes apresentou sua Teoria Geral é um período marcado pela descrença no “*Laissez-faire*”. Período este, logo após a crise de 29, que deixou arrasada a Economia Americana, e arrastou com ela, boa parte das economias de outros países. O modelo Neoclássico, que por muitos anos teve a sua teoria baseada na intervenção mínima do Estado na economia como dominante, entrou em decadência, por não conseguir explicar os novos acontecimentos da economia mundial, com base na lei de Say.

Esse período evidenciou os maiores índices de desemprego já vistos durante a hegemonia capitalista. Alemanha, Estados Unidos e Grã-Bretanha, juntos, tinham mais de 30 milhões de desempregados.

Keynes (1996) publica sua teoria não apenas criticando a política Neoclássica de intervenção estatal, mas fornece ao Estado um papel de agente econômico, ou agente fomentador de renda e emprego para a população. Foi o primeiro a admitir o desemprego involuntário, a partir do qual os trabalhadores se sujeitavam a salários inferiores e, mesmo assim, não conseguiam arranjar emprego.

O autor buscava em sua teoria o pleno emprego de trabalhadores, da produção e das instituições econômicas. Acreditava que as expectativas eram fundamentais para garantir renda e emprego à população. Dessa forma, era dever do Estado garantir que os empresários tivessem boas expectativas quanto à estabilidade econômica, para que pudessem aumentar seus investimentos gerando aumento da produção, do emprego e da renda.

Nesse sentido, Prebisch (1998) destaca que o crescimento do emprego requer uma diminuição da taxa de juros. A ampliação dos investimentos também fará pressão para que as taxas de juro diminuam. Taxas de juros estáticas provocam um desestímulo ao investimento e consequentemente à ampliação de postos de trabalho em razão da diminuição da eficiência marginal do capital.

Para Keynes (1996), o Estado pode, com auxílio das Políticas Monetária, Fiscal e Cambial, agir sobre as expectativas dos agentes econômicos, influenciando direta ou indiretamente o nível dos investimentos, dessa forma, suavizando as flutuações econômicas, e ajudando a iniciativa privada no que diz respeito à manutenção das taxas de investimento.

Carvalheiro (1987) aponta que a demanda efetiva era fundamental para garantir o pleno emprego da produção. Assim, quando a demanda fosse insuficiente, caberia ao Estado criar uma demanda adicional para atingir o pleno emprego da produção. Sugere como incentivo ao aumento do consumo e do investimento modificações da política monetária e tributária. Ao Estado cabe, além de zelar pela segurança da população e do direito à propriedade, também, executar tarefas, ou atuar na economia em setores que ninguém quer atuar, ou atua de forma ineficiente.

Mas porque intervir na economia? Por que ocorrem situações em que o Estado precisa intervir? A Crise de 1929 é o melhor exemplo do porque os governos em determinados momentos precisam intervir na economia.

## 2.1 AS RAZÕES DO INTERVENCIONISMO – A GRANDE DEPRESSÃO

De acordo com Philip (1965), inúmeras foram as causas da Crise de 1929. Os americanos experimentavam uma fase de prosperidade e, em razão disso, certos problemas que a economia americana enfrentava, passavam despercebidos ou eram considerados sem grande importância.

Arruda (1986) destaca que os capitais investidos no exterior por empresários americanos, com garantia do próprio governo, foram retirados bruscamente. Essa medida foi tomada porque o governo americano quis suspender as garantias, principalmente pelo estado em que se encontravam os países europeus. A reação que veio como consequência dessa ação foi à queda nas exportações americanas. Contribuiu também a volta da Inglaterra e da França ao mercado internacional, pós I Guerra Mundial.

No setor interno formou-se um círculo vicioso que teve início pelos grandes estoques de cereais acumulados, que abalou os preços dos produtos agrícolas. Fazendeiros abriam concordata por não conseguirem pagar as suas dívidas. Os Estados Unidos insistiam em permanecer com a mesma produção, mesmo durante o pós-guerra, gerando um grande excedente que não encontrava demanda. Durante a I Guerra Mundial os Estados Unidos abasteciam os países participantes com produtos alimentícios, combustíveis e manufaturas (ARRUDA, 1986).

Após a guerra, os países que antes importavam dos Estados Unidos reativaram sua produção e iniciaram o processo de reestruturação e reconstrução de suas economias. A insistência americana em manter os níveis produtivos do período anterior não encontrou a respectiva demanda, gerando um excesso de oferta. A solução dada foi uma diminuição da produção, que gerou uma grande massa de desempregados. Esses desempregados não possuíam renda, dessa forma não consumiam além do seu consumo autônomo. Não havendo demanda, a produção deveria cair ainda mais, gerando mais desempregados e menor consumo. Estava assim formado o círculo vicioso.

Para Cáceres (1988), a maior parte da renda nacional americana estava concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população e, apenas uma ínfima parte, ia para as mãos dos trabalhadores e pequenos proprietários. Assim, a má distribuição da renda impedia a formação de um mercado interno capaz de consumir o excedente da produção.

O mesmo autor afirma ainda que o ocorrido nos Estados Unidos em 1929 foi, basicamente, uma crise de superprodução capitalista, em que apesar da produção estar em constante elevação, o aumento dos salários não a acompanhou na mesma proporção, gerando assim uma queda nos preços dos produtos comercializados (deflação). Para manter os preços inalterados, os capitalistas diminuem a produção e demitem funcionários, gerando mais desemprego e menor consumo. Como no sistema capitalista os lucros são investidos no aumento de produção, se o consumo não acompanhar o aumento da produção, essa corrente se quebra, gerando o excesso de produção.

Heilbroner (1979) considera ainda ou outro fator determinante para a crise. O desejo de enriquecer da noite para o dia, levou inúmeras pessoas a aplicar tudo que possuíam na bolsa de valores, o que serviu de “estopim” para a crise de 29. As operações bancárias normais que giravam em torno da prudência bancária, deram lugar às aplicações de risco. Essas aplicações tomavam conta não só de *Wall Street*, mas em todas as bolsas americanas. Papéis estrangeiros da mais duvidosa validade eram disputados pelos investidores.

No dia 3 de setembro de 1929, de acordo com Resende Filho (1995), a bolsa de valores de Nova York atingiu um índice que só seria visto novamente vinte anos mais tarde. Um otimismo generalizado atingiu a população americana, que passou a acreditar que o preço das ações continuaria a subir *ad infinitum*. Até Fevereiro de 1928, os valores das ações negociadas em bolsas de valores acompanhavam os aumentos de lucros das empresas. A partir daí, o valor das ações subia apenas por onda especulativa, valendo-se da lei da oferta e da procura. Quão maior fosse à procura, mais o seu valor crescia, independentemente de aumento de patrimônio dessas empresas. Chegava-se aí, a um ponto em que os investidores não mais levavam em conta o valor intrínseco dos títulos, queriam eles apenas aumentar seu patrimônio com a simples compra de ações.

A partir de 19 de outubro de 1929, os investidores começam a se preocupar o volume de ações negociadas. Somente nesse dia, 3.488.100 ações foram negociadas, gerando uma queda significativa em seu preço. Na quinta-feira, dia 24 de outubro, conhecida como “Quinta-feira Negra”, 12.894.650 ações foram vendidas, causando baixa em seu preço e pânico por parte dos investidores. Na terça-feira, dia 29 de outubro, foi o dia mais devastador da história dos mercados de ações, onde 16.410.030 ações foram vendidas, e as médias industriais caíram 43 pontos, anulando todo o crescimento do ano anterior. O sonho de prosperidade americano caiu por terra, mas pela natureza liberal de sua política, os americanos acreditavam que as forças de mercado resolveriam tal crise (RESENDE FILHO, 1995).

## 2.2 AS CONSEQÜÊNCIAS DA CRISE

Segundo Nére (1981), as ações antes negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, caíram em média 80% em apenas um mês. Com medo, os investidores americanos, só começaram a operar novamente em bolsas de valores em 1932.

Os efeitos da Depressão para os americanos foram muito severos. De 1929 a 1933, o PNB (Produto Nacional Bruto) caiu de 104,4 para 56 bilhões de dólares o equivalente a uma redução de 46%. O PNB *per capita* caiu de 804 dólares em 1930 para 615 dólares em 1933 (RESENDE FILHO, 1995).

Segundo o mesmo autor, os Estados Unidos representavam em 1929 45% da produção industrial mundial e 12,5% das importações mundiais o que foi fundamental para a recuperação européia, através de investimentos de capital e empréstimos. Sendo assim, os efeitos da crise estenderam-se a toda a economia mundial, e esta só se recuperou plenamente após a II Guerra Mundial.

A produção industrial americana caiu 50%, com a produção de equipamentos ficando 75% menor. Enquanto o investimento bruto americano passou de 16 para 1 bilhão de dólares, registraram-se 110 mil falências comerciais. As rendas brutas do setor agrícola caíram de 11,9 para 5,3 bilhões de dólares. O preço dos produtos agrícolas caiu 55% e o custo de vida 31%. O preço dos bens de produção caíram 26% o que demonstra uma crise deflacionária de grandes proporções. A atitude do Presidente Herbert Hoover em não intervir na economia, agravou esta situação.

O desemprego americano passou de 1,5 para 13 milhões de pessoas, não descendo a menos de 7 milhões antes de 1940, o que equivalia a 25% da força de trabalho. O desemprego nos Estados Unidos, segundo Resende Filho (1995), aumentou de 4.340 milhões em 1930, para 12.830 milhões em 1933, não diminuindo até 1937.

Resende Filho (1995) aponta ainda que mesmo com todo esse desemprego os salários caíram 60% e o total da renda da mão-de-obra de 53 bilhões, caiu para 31,5 bilhões de dólares entre 1929 e 1933. Dessa forma, houve um grande aumento do número de favelas em volta dos grandes centros. Essa massa de desempregados e empresários falidos começou a exigir do governo, reformas que garantissem sua subsistência e que contornassem a crise, visto que, o governo americano até então era extremamente liberal.

Ainda para o mesmo autor, a quebra da bolsa de Nova York, foi o resultado natural de uma década de desenvolvimento econômico, em que as curvas de oferta e demanda cada vez mais se afastaram, sendo seu ponto de equilíbrio, artificialmente localizado através do brutal financiamento ao consumo.

As primeiras medidas realmente eficazes contra a Depressão, ainda segundo o autor, foram adotadas por diferentes países, a partir de 1932/1933, todas baseadas numa maior intervenção do Estado na Economia.

Para Galbraith (1989), uma das reações mais significativas à grande depressão nos Estados Unidos, foi a criação de algo que com o tempo, seria chamado de *Welfare State* (estado do bem-estar), tanto para louvá-lo como para condená-lo.

O *New Deal* (Novo Ideal) foi um programa econômico adotado por Franklin Delano Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, que visava basicamente combater os efeitos da Grande Depressão. Tal programa era baseado principalmente na intervenção estatal no processo produtivo, fornecendo ao Estado, um novo papel, o papel de empresário, atuando diretamente na produção. Isso se daria, por meio de um audacioso plano de obras públicas, visando atingir o pleno emprego, regulando assim toda a economia americana, que se encontrava completamente arrasada. O Presidente Roosevelt começou por abolir o padrão ouro e desvalorizar o dólar, favorecendo as exportações. Impostos progressivos incidindo sobre grandes rendas foram adotados, visando uma melhor distribuição dessa renda. Foi criada a jornada máxima de trabalho, que veio a diminuir as horas trabalhadas pelos assalariados, mas sem diminuição de salários. Foi instituído um salário mínimo, no qual nenhum trabalhador poderia receber como remuneração valor inferior a este. Os sindicatos tiveram livre força para negociar salários, e criou-se um seguro social, financiado pelos empregadores. Programas de casas populares deram novos empregos a milhares de trabalhadores. A lei seca foi abolida, e foi incentivada a produção de vinho e cerveja. O governo assumiu as dívidas de pequenos agricultores e ofereceu créditos e prêmios para os agricultores que se adequassem às novas políticas impostas pelo programa (GALBRAITH, 1989).

Os Estados Unidos encontrava-se num dilema. O PNB do País caía porque a produção também caía. A produção caía, devido ao fechamento das fábricas. As fábricas fechavam, porque não havia demanda, não havendo demanda, as fábricas mandavam seus empregados embora, gerando mais desemprego, e completando esse círculo vicioso, quando mais trabalhadores fossem mandados embora, menor seria a demanda agregada.

O Estado intervindo diretamente na produção conseguiria criar novos postos de trabalho, montando ou incentivando a abertura de novas fábricas, diminuindo a jornada de trabalho, tudo isso visando à diminuição do desemprego. A criação do salário mínimo garantia uma renda mínima ao trabalhador, que poderia assim, consumir mais produtos, aumentando a demanda agregada.

Os sindicatos, que foram incentivados nesse período, contribuíram para que os trabalhadores conseguissem melhores salários, podendo assim consumir mais produtos. Políticas como a do seguro desemprego, também contribuíram para aumentar a demanda agregada, pois mesmo sem trabalho, as pessoas beneficiadas por essa política dispunham de uma renda para consumir.

Ao todo essas políticas geraram um aumento do consumo interno do país, e aliado a esse consumo interno, estava o aumento do consumo externo, devido aos incentivos dados à exportação. Ambos os aumentos dos consumos interno

e externo, geraram um aumento da produção, que demandou trabalhadores, fazendo assim, com que o desemprego diminuísse.

### 2.3 O PERÍODO INTERVENCIONISTA AMERICANO

Tem-se como base neste estudo o Período Intervencionista Americano, pois foi nos Estados Unidos que se observou com maior força a aplicação da intervenção econômica. Não obstante, no período estudado, inúmeros países utilizaram-se de políticas intervencionistas, mas estas políticas não tiveram tamanha importância como as políticas intervencionistas americanas.

Segundo Stewart (1976), de início o *New Deal* foi extremamente débil, pois ao combinar políticas de aumento de salários (visando aumento de consumo) com aumento de preços (visando um aumento do investimento) ocorria que, de certa maneira com uma política, eliminasse a outra.

Mas o grande sucesso do *New Deal* estava nos seus programas de obras públicas, que fizeram efeito um ou dois anos depois de sua implantação. A administração pública iniciou a construção de estradas, represas, portos, edifícios públicos, moradias populares, sistemas de irrigação, sistemas de recuperação de solos, executando assim, projetos de vários tipos. O Estado oferecia dessa forma, empregos diretos a uma grande quantidade de pessoas. Com isso, as pessoas contratadas para executar essas obras, possuíam emprego, e com renda disponível compravam bens e serviços, gerando assim novos empregos a uma grande quantidade de trabalhadores (STEWART, 1976).

Obviamente, que todos esses gastos tinham o seu preço. De acordo com o mesmo autor, em 1929/30, o governo americano teve uma despesa de \$ 3,4 bilhões de dólares para uma receita de \$ 4,2 bilhões de dólares. Em 1935/6, quando o *New Deal* já estava em funcionamento, a despesa já era de \$8,5 bilhões de dólares para uma receita de \$ 4,1 bilhões de dólares, gerando assim um déficit de \$ 4,5 bilhões de dólares. Dessa forma, em toda a década de 30, os Estados Unidos fecharam suas contas ou com déficits, vindo esse quadro a se alterar apenas em 1946/7, quando foi registrado o primeiro superávit.

Nesse período, os Estados Unidos participaram de uma nova guerra mundial, e sua dívida que, segundo Stewart (1976), girava em torno de \$20 bilhões de dólares, quando da implantação do *New Deal*, saltou para algo em torno de \$50 bilhões de dólares.

É normal um país vivenciar o aumento de sua dívida em decorrência de uma guerra. O problema estava no fato de que a dívida americana havia mais do que dobrado em oito anos de paz. O *New Deal* estava ajudando a garantir renda e emprego à população, mas em compensação os Estados Unidos endividavam-se ao extremo. A dívida americana desse período gera inúmeras controvérsias, até os dias de hoje, entre economistas. Os não Keynesianos criticam a elevação da dívida americana. Já os Keynesianos criticam-na também, mas por acharem que ela poderia ter sido maior ainda, gerando uma melhora no padrão de vida americano. As despesas do governo geraram inúmeros empregos, mas a massa de trabalhadores cada vez crescia mais, fazendo com que em 1937, os Estados Unidos ainda tivessem 14% de desempregados.

Em 1938 o desemprego subiu para 19%. Existem duas hipóteses que tentam explicar esse aumento do desemprego. Uma delas afirma que esse desemprego crescente, deve-se ao fato de que mesmo com os investimentos por parte do Estado, os empresários tinham medo de investir, devido aos grandes déficits orçamentários que o país apresentava; assim esses empresários, retardavam seus investimentos, e a massa crescente de desempregados não era absorvida; Já a segunda hipótese, mais realista, dá conta que esse aumento do número de desempregados, deve-se ao fato de que até 1929 os investimentos feitos foram exagerados, e a produção não conseguia ser consumida, assim, essa grande quantidade de investimentos feita nesse período, até o final da década de trinta, ainda não havia sido absorvida, ou seja, ainda não estava condizente com a realidade do país, trabalhando as empresas, dessa forma, com ociosidade. (STEWART, 1976).

Galbraith (1994), afirma que a partir de 1941, os preços começaram a ser controlados, com exceção de alguns produtos agrícolas. Esse controle de preços foi criado para evitar a inquietação e insatisfação social decorrentes da inflação, que assolava os Estados Unidos. Havia, nesse período, duas maneiras para que os empresários aumentassem seus lucros: uma era o aumento de preços; e a outra, o aumento da produção. Como os preços estavam controlados pelo governo, a única alternativa era o aumento da produção.

Durante a II Guerra Mundial, as políticas monetárias foram deixadas de lado, permanecendo baixas as taxas de juros, favorecendo investimentos. Almeida Filho (1987) ressalta que alguns meses antes de terminada a II Guerra Mundial, mais precisamente em julho de 1944, 44 países se reuniram na cidade de *Bretton Woods*, nos Estados Unidos, para traçar os parâmetros para o funcionamento do Sistema Monetário Internacional.

A necessidade de tal Conferência se deu pelo fato de que, o *Federal Reserve Bank*, o Banco Central Americano, percebeu que a Europa precisaria de empréstimos para consertar os estragos que os países sofreram durante a guerra.

O autor afirma que existiam dois planos apresentados para apreciação, no qual um deles seria adotado pelos países participantes da conferência. Os planos eram muito parecidos, porém, a diferença básica entre eles era que, o Plano Keynes defendia que fosse criada uma instituição monetária internacional, que emitiria uma moeda própria, chamada de *Bancor*, no qual os países trocariam por suas moedas, quando executassem transações internacionais. O *Bancor* seria o padrão de moeda para transações internacionais. O Plano *White* também defendia a criação de um organismo monetário internacional independente, mas favorecia o dólar, como a moeda padrão para transações internacionais. O plano escolhido foi o Plano

*White*. Assim, o acordo assinado, ficou conhecido como o “Acordo de Bretton Woods”, no qual os Estados Unidos garantiam a conversibilidade do dólar em ouro a uma paridade fixa, servindo de parâmetro para relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras internacionais.

Os acordos realizados nessa conferência resultaram na criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), que beneficiaram o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos.

O mundo esperava que os 10 anos de depressão que haviam precedido a II Guerra Mundial apareceriam novamente nesse momento, mas as expectativas não se confirmaram. Segundo Galbraith (1994) os anos de guerra haviam deixado uma grande reserva de poder de compra não utilizado. O dinheiro que normalmente teria sido gasto com automóveis e outros bens duráveis tinha efetivamente, permanecido intacto, em caixa ou em depósitos bancários, ou ainda, em bônus de guerra. Os investimentos civis também haviam sido adiados. Assim, formou-se uma grande reserva de poder de compra, que agora chegava ao mercado. Outro fator que contribuiu para esse grande volume de moeda disponível foi o grande pagamento à vista das dívidas de guerra do governo americano. Dessa forma, o desemprego que em 1938 atingira 19%, caía em 1947 para algo em torno de 3,9%.

Nesse período o autor considera que pairava no ar o medo de algum “desastre econômico” de grandes proporções, como acontecera após a I Guerra Mundial, mas grande parte da população acreditava que o governo era capaz de tomar medidas eficazes contra este problema.

A II Guerra Mundial serviu, para que, as idéias de Keynes contagiassem e convencessem toda a população como ele próprio descreve:

A enorme intervenção do governo, e os gastos e investimentos que produziram o pleno emprego durante a guerra, constituíam a ratificação definitiva das idéias de Keynes. Agora a conclusão: deixar que, a lição tão bem aprendida tivesse aplicação permanente. (GALBRAITH, 1994 p. 102)

Um problema trazido pela guerra foi à reconstrução das economias arrasadas em combates. O caminho mais plausível seria os Estados Unidos emprestarem uma quantia suficiente, para que os países devastados pudessem comprar o indispensável para sua recuperação. O problema era que, tal empréstimo criaria uma dívida internacional, e juros teriam que ser pagos. A solução mais apropriada era a de simplesmente dar o dinheiro. Foi aí, que entrou em ação o Plano Marshall.

## 2.4 O PLANO MARSHALL

No dia 05 de julho de 1947, foi lançado o Plano econômico-social, chamado de Plano Marshall. Este plano consistia, segundo Vicentino (1997) em maciços investimentos americanos visando recuperar a devastada Europa ocidental. Nesse período, além da Alemanha ocidental, a União Soviética dominava sete países do leste: Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Iugoslávia, e Albânia, significando que, a União Soviética possuía um território de quase um milhão de quilômetros quadrados, com aproximadamente setenta milhões de pessoas.

No mesmo ano, os Estados Unidos afirmaram sua posição em favor das nações livres, que desejasse resistir às tentativas de dominação comunista. A meta do país era combater o comunismo e a influência soviética, oficializando assim a guerra fria.

Segundo o mesmo autor, em resposta aos Estados Unidos, a União Soviética criou o “Kominform”, que era um organismo encarregado de conseguir a união dos principais partidos comunistas europeus, além de afastar da supremacia americana, os países sob sua influência, gerando assim, o chamado bloco da “cortina de ferro”. Em 1949 a União Soviética cria o “Comecon”, que era uma réplica do Plano Marshall para os países socialistas, que buscava a integração econômico-financeira desses países para com a União Soviética.

A grande virtude do Plano Marshall, segundo Galbraith (1994), foi realmente o dinheiro. O dispêndio inicial ficou pouco abaixo de US\$ 6 bilhões. No total, cerca de US\$ 13 bilhões passaram para a *Economic Cooperation Administration*, que era o órgão criado pelo governo americano para supervisionar o programa.

Nos três anos e meio de operações do Plano Marshall, o Produto Nacional Bruto dos países assistidos cresceu 25%; a produção industrial subiu 64% e produção agrícola 24%. O Plano Marshall evidentemente recebeu a maior parte do crédito, mas deve-se levar em conta que uma parte desse crescimento nesses países, ocorreria independentemente do Plano Marshall (GALBRAITH, 1994).

Galbraith (1994) afirma ainda que parte do dinheiro empregado no Plano Marshall voltou aos Estados Unidos devido às compras de matérias-primas e de bens de capital. Dessa forma, foi ainda um grande estimulante da economia americana, que a manteve firme nos anos pós II Guerra Mundial.

O Plano Marshall pode ser observado sob duas óticas bem diferentes. Uma, a da ajuda às economias arrasadas pela

guerra, que ainda gerou frutos para a economia americana, via aumento do consumo internacional de produtos. A segunda foi o medo do regime comunista implantado na União Soviética, se espalhar pelo mundo inteiro. Observa-se que o Plano Marshall foi bem sucedido nessas duas óticas, pois ajudou a reerguer economias arrasadas pela guerra, e ajudou a inibir a expansão do comunismo.

O intervencionismo e a expansão da economia americana acarretaram uma melhoria do poder de compra da população nos Estados Unidos. O período que segue ao final da II Guerra Mundial é conhecido como o estado do bem-estar (*welfare state*).

## 2.5 O WELFARE STATE

Em 1950 os preços voltaram a ser controlados em decorrência do aumento de consumo, que gerou a intervenção americana durante a invasão da Coréia do Sul pela Coréia do Norte. Dessa forma os mercados de consumo permaneceram estáveis, juntamente com o desemprego, e o padrão de vida dos americanos era cada vez maior.

Nessa década, de acordo com Galbraith (1994), a discussão centrou-se na ajuda aos menos afortunados, gerando o chamado “estado do bem-estar”. Os sindicatos estavam fortalecidos nesse período, forçando os salários dos trabalhadores a subirem e, em contrapartida, o aumento dos salários gerava um aumento dos preços, fazendo com que a inflação persistisse.

Um dos grandes acontecimentos do pós II Guerra Mundial, foi à liberação pelos Estados Europeus e, pelos Estados Unidos, de suas colônias em todo o mundo, pois as colônias já não geravam mais os grandes rendimentos às suas metrópoles. Mas o que impulsionava o bem-estar social não eram mais as colônias, e sim, o intercâmbio entre os países, industrializados ou não. Com a liberação das colônias, o bem-estar estava assegurado (GALBRAITH, 1994).

Nesse período de descolonização mundial, o mesmo autor aponta que os governos dos países industrializados, conscientizaram-se de que era preciso garantir o bem-estar da população de suas ex-colônias. Nesse período histórico nasce a idéia de desenvolvimento econômico, pois agora tais países independentes deveriam crescer e se desenvolver.

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional dispunham de muitos recursos para reconstrução de países afetados pela guerra e, para o desenvolvimento econômico dos novos países independentes. Mas tal ajuda, segundo o mesmo autor, não surtiu muito efeito nos novos países independentes. Países ricos ficaram mais ricos e os países pobres, mais pobres. Um dos grandes erros foi acreditar que as novas nações avançariam, de forma natural, do regime colonial para um regime de governo próprio. Os governantes dos países ricos acreditavam que apenas transferindo sua tecnologia para os países pobres, estes se desenvolveriam. Contudo, a população humilde, e muitas vezes analfabeta dos países pobres, não precisava de tecnologia, precisava sim de alimentos, vestuário e cuidados médicos.

Nos anos do Governo de John Kennedy, as políticas adotadas continuaram a ser estritamente Keynesianas, pois era preciso que o governo gerasse um fluxo de demanda agregada suficiente para manter a economia o mais próximo possível do pleno emprego, uma vez que os índices de desemprego estavam crescendo (GALBRAITH, 1994).

A política monetária foi deixada de lado nesse período, com baixa na taxa de juros, e submissão do Banco Central americano ao presidente, o que não acontecia até então, pois o Banco Central americano era uma instituição estatutariamente independente. Dessa forma ficava apenas em uso, segundo Galbraith (1994), como instrumento ativo de política econômica, a política fiscal (Tributação e Gastos Públicos).

O autor ressalta que em 1961, a economia melhorou muito com essas medidas. Faltava apenas conseguir efetivar as taxas de crescimento econômico, outrora estipuladas. A taxa de crescimento da produção agregada de bens e serviços pretendida pelo governo era de 5%. Como o governo dispunha apenas da política fiscal para promover esta taxa, foram ampliados os gastos públicos, e uma diminuição da carga tributária, ambas visando o pleno emprego.

Após a morte de Kennedy, assumiu em seu lugar Lyndon Johnson. Quando de sua nomeação em 1965, a economia americana gozava de uma posição invejável, como destaca Galbraith (1994), onde o desemprego estava na casa de 5%, ou seja, 95% da população estava empregada. A economia expandia-se a uma taxa saudável, somente os preços e os salários continuavam em ascensão, mas não era relevante o risco de uma séria inflação.

O estado do bem-estar só não estava completo, pois a população pobre dos Estados Unidos continuava crescente. O programa que havia sido elaborado, visando à diminuição da pobreza americana, não vigorou, pois durante a guerra do Vietnã, a maior parte dos recursos disponíveis iam para este fim, ficando a luta contra a pobreza, mais uma vez adiada (GALBRAITH, 1994).

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século o capitalismo era orientado pelo liberalismo econômico. Os Estados Unidos despontavam como uma potência. Com o fim da I Guerra Mundial as empresas aumentavam seus investimentos, contratavam trabalhadores, a economia ia de “vento em popa”. Até que em 1929 ocorre a Grande Depressão, e acaba com todo o sonho de prosperidade

americana e mundial.

Essa depressão logo se espalha pelo mundo todo, gerando falência e desemprego. O liberalismo econômico, vigente nesse período, passa por sua pior crise, e já não consegue mais explicar, em função do livre mercado, o que acontecia com a economia mundial.

O capitalismo passa então por uma excelente fase. Sua grande prosperidade foi marcada pelo surgimento de um aparato regulatório de orientação intervencionista, baseado nos ensinamentos de Keynes (1996), no qual se estimulava grandes investimentos por parte do governo, na produção e na geração de empregos, visando o pleno emprego dos fatores de produção.

Tal orientação é colocada em xeque a partir da década de 70, quando as taxas de crescimento econômico, dos países, como um todo, começam a cair, fazendo com que reapareçam os velhos problemas do capitalismo: pobreza, desemprego, miséria e instabilidade econômica.

Nesse período, é clara a deterioração das contas públicas, instabilidade financeira, desemprego e inflação. Ressurge o discurso que prega os velhos princípios iluministas, e que ataca ferozmente o intervencionismo econômico, e ao mesmo tempo lhe atribui todas as desgraças econômicas vigentes na sociedade. Esse novo discurso prega que não é dever do Estado gerenciar a economia, e apresenta como prova disso a atual conjuntura que o mundo vivenciava.

Essa nova orientação dada ao Estado, não visa criar um Estado pós-fordista, como destaca Fiori (1990), mas sim tenta racionalizar um compromisso ideológico para com a sociedade. Para Bresser Pereira (1989) esse discurso neoliberal tende a ser falso, principalmente nos países em desenvolvimento, pois a maioria dos neoliberais é constituída de empresários, cujas atividades são subsidiadas pelo Estado.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, A. R. **Sistema Monetário Internacional. As regras do jogo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARRUDA, J. J. A. **História Moderna e Contemporânea.** São Paulo: Ática, 1986.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal.** Revista de Economia Política. Vol. 9 n.º 5, Julho Setembro/89.
- CÁCERES, F. **História Geral.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Moderna, 1988.
- CARVALHEIRO, N. Fundamentos da Intervenção do Estado: Algumas Concepções em Keynes e Kalecki. **Revista de Economia Política.** V.7, n.2, p.105-122, Abr/jun 1987.
- FIORI, J. L. **Para repensar o papel do Estado sem ser um Neoliberal.** Instituto de Economia Industrial - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maio de 1990.
- GALBRAITH, J. K. **O Pensamento Econômico em Perspectiva: Uma História Crítica.** São Paulo: Pioneira, 1989.
- \_\_\_\_\_, **Uma Viagem pelo Tempo Econômico.** São Paulo: Pioneira, 1994.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Análise do Impacto da Codepar e Badep na Economia Paranaense através dos investimentos no Setor Público.** Ipardes, 1975.
- HEILBRONER, R. L. **A Formação da Sociedade Econômica.** 3<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- IANNI, O. **Estado e Capitalismo.** 2<sup>o</sup> Ed. Revisada. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- NÉRE, J. **História Contemporânea.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Difel, 1981
- PREBISCH, R. **Keynes: uma introdução.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PHILIP, A. **História dos Fatos Econômicos e Sociais.** Lisboa: Herder, 1965.

REZENDE FILHO, C. B. **História Econômica Geral.** 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Contexto, 1995.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STEWART, M. **A Moderna Economia Antes e Depois de Keynes.** São Paulo: Atlas, 1976.

VICENTINO, C. **História Geral.** São Paulo: Scipione, 1997.